

Rio de Janeiro. A presidente Dilma Rousseff e o ministro dos Portos, Helder Barbalho, assinaram na última quinta-feira, no Porto do Rio de Janeiro, ordem de serviço para a 2ª fase da dragagem do complexo, que permitirá a vinda de navios de 8 mil TEU totalmente carregados. Hoje, podem vir navios de até 4.500 TEU.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Contratação de estudos da dragagem é aprovada

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL

DA REDAÇÃO

A contratação dos estudos sobre os impactos da dragagem do Porto de Santos ao meio ambiente foi aprovada, ontem, na reunião do Conselho de Administração (Consad) da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Ao custo de R\$ 10 milhões, os trabalhos também vão verificar a possibilidade de ampliar a profundidade do estuário.

Essas pesquisas serão elaboradas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), órgão subordinado à Secretaria de Portos (SEP), e com a consultoria do professor Gilberto Fialho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com o presidente da Docas, José Alex Botelho de Oliva, o contrato será assinado na próxima segunda-feira, às 14 horas, e terá a presença de todos os entes na sede da companhia. A expectativa é que os trabalhos comecem logo em seguida, a princípio com o projeto a ser desenvolvido entre os pesquisadores.

O programa de estudo prevê ainda a elaboração de modelos matemáticos e físicos de todo o Porto de Santos. Em São Paulo, na Cidade Universitária da USP, uma área de 3 mil metros quadrados abrigará uma réplica em escala do cais santista, o que permitirá a avaliação dos efeitos da dragagem nas praias, cuja erosão encurta a faixa de areia.

Ainda não está definida a data de início dos trabalhos. Conforme o presidente da estatal, os estudos terão dois momentos. O primeiro envolve apenas a Codesp. O segundo inclui os integrantes da iniciativa San-

MPF

A contratação dos estudos sobre os impactos ambientais da dragagem do Porto de Santos também é uma resposta ao Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou uma ação contra a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pela erosão registrada nas praias às margens do canal de navegação. A estatal tinha como prazo o início deste mês para contratar um estudo que avaliaria uma solução definitiva a respeito do assunto.

tos 17, empresários do Porto que defendem o aprofundamento do Estuário dos 15 metros atuais aos 17 metros até meados de 2017.

O estudos da USP e do INPH, que serão acompanhados pelo professor Gilberto Fialho, também prometem uma avaliação da capacidade de configuração do canal de acesso do Porto. Isto é, se será possível ampliar a profundidade e a capacidade do canal em termos de navegação e atracação (para receber navios maiores de 400 metros de comprimento).

Também serão discutidas soluções caso haja a comprovação de impactos ao ambiente. Será avaliada a viabilidade de obras de proteção à costa, de modo a conter a aceleração do processo de erosão verificado em praias de Santos (Ponta da Praia, Aparecida e Embaré) e Guarujá (Góes)e, também, a evitar a deposição de sedimentos no próprio canal de navegação, o que dificulta a eficiência de obras de dragagem.